

**Carlos Alberto Faraco**

**lingüística**  
**HISTÓRICA**

uma introdução ao estudo da história das línguas



**edição revista e ampliada**



sistema escolar, pelos meios de comunicação social. São essas formas prestigiadas que irão ocorrer preferencialmente na escrita.

A questão da norma culta brasileira, em especial sua intricada história e os paradoxos que a envolvem, tem sido bastante discutida ultimamente e qualquer pessoa que pretenda se dedicar aos estudos lingüísticos históricos tem de ter clareza nesse assunto. Recomendamos a leitura de Bagno (2003) e das duas coletâneas organizadas pelo mesmo autor: Bagno (org.) 2001a e 2002.

O processo de mudança da língua emerge — como veremos em vários pontos deste livro — desse heterogêneo quadro lingüístico. Embora ainda nos falte elucidar boa parte desse complexo processo, sabemos já que a mudança encontra terreno fértil para ocorrer justamente quando duas ou mais variedades passam a se confrontar dialeticamente no intricado universo das relações sociointeracionais.

O estudo dessas variedades é realizado por diferentes disciplinas lingüísticas: pela dialetologia (para as variedades geográficas), pela sociolingüística (para as variedades sociais e estilísticas), pela lingüística histórica (para as variedades no tempo).

## O que pode mudar nas línguas

Qualquer parte da língua pode mudar, desde aspectos da pronúncia até aspectos de sua organização semântica e pragmática.

A classificação geral das mudanças é feita utilizando-se os diferentes níveis comuns no trabalho de análise lingüística. Assim, na história duma língua, pode

haver mudanças fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, lexicais, pragmáticas.

O nível mais estudado até agora em lingüística histórica é o fonético-fonológico. Como resultado, há para a descrição de fenômenos desse nível, uma metodologia refinada e um razoável vocabulário técnico corrente entre os lingüistas para fazer referência a eventos de mudança sonora.

Nos demais níveis, os estudos são, em geral, menos desenvolvidos; a terminologia é, em consequência, mais precária; e as mudanças são abordadas de modo ainda muito fragmentado (lista de fatos).

Vamos, neste item, dar exemplos de mudanças que podem ocorrer nas línguas, distribuindo-as pelos diferentes níveis de análise.

É importante dizer que o objetivo dessa exemplificação é apenas situar um pouco o leitor no universo das mudanças. Fazemos, por isso, uma listagem de casos sem, evidentemente, preocupação exaustiva e, o mais importante, sem maiores compromissos com sua eventual interpretação no interior desta ou daquela orientação teórica.

O leitor desde já deve estar alerta para o fato de que não há interpretações únicas e absolutas para as mudanças: as interpretações vão depender sempre da orientação teórica que o pesquisador adota. A isso voltaremos em vários pontos do livro. Por ora, basta que se perceba que as mudanças podem ocorrer em qualquer parte da organização duma língua.

Por outro lado, não se pode esquecer que, sendo a língua um sistema de sistemas, as mudanças envolvem, muitas vezes, não um aspecto específico, mas um conjunto de mudanças correlacionadas



### Mudanças fonético-fonológicas

Nos estudos lingüísticos, tanto a fonética quanto a fonologia se ocupam com a realidade sonora das línguas, mas de pontos de vista diversos. A fonética estuda a face física e articulatória dessa realidade (os sons da fala, sua produção e qualidades acústicas) e a fonologia estuda a face estrutural, ou seja, o sistema de princípios e relações que dá organização à realidade de sonora de cada língua.

Diante dessa diferença, costuma-se distinguir, em lingüística histórica, a mudança fonética — que, em princípio, consiste apenas numa alteração da pronúncia de certos segmentos em determinados ambientes da palavra — da mudança fonológica — que envolve alterações, por exemplo, no número de unidades sonoras distintivas (os chamados *fonemas*) e, portanto, no sistema de relações entre essas unidades.

Assim, a substituição de /l/ por /w/ no fim de sílaba no português brasileiro alterou a pronúncia de palavras como *alto*, *golpe*, *soldado*, mas não alterou o número de fonemas do português (o /l/ continua existindo como unidade sonora distintiva).

Por sua vez, o desaparecimento no português moderno de /ts/ e /dz/, unidades sonoras distintivas no português medieval, alterou o sistema com a redução do número de seus fonemas. Nessa mesma perspectiva, o surgimento de /ñ/ e /ʎ/, na passagem do latim ao português, alterou o sistema antigo pelo acréscimo de dois fonemas novos que contrastam, com poder distintivo, com /n/ e /l/ respectivamente, conforme exemplificado pelos pares *manha* x *mana*; *malha* x *mala*.

### Mudanças morfológicas

A morfologia trata dos princípios que regem a estrutura interna das palavras: seus componentes (chamados de *morfemas*), os processos derivacionais (as formas de se obter novas palavras) e flexionais (as formas de se marcar, no interior da palavra, as categorias gramaticais como gênero, número, aspecto, voz, tempo, pessoa).

Diferentes tipos de mudança podem ocorrer nesse nível, dentre os quais citamos três:

- a) as palavras autônomas podem se tornar morfemas derivacionais. A esse respeito, Câmara Jr. (1979, p. 116) mostra como advérbios do antigo indo-europeu passaram a ser prefixos em latim, depois de se anteporem ao verbo e a ele se aglutinarem. Por esse processo, de *placare* (“acalmar a ira de alguém”) obteve-se, pela anteposição do advérbio *sub* e sua aglutinação ao verbo, *supplicare* (os efeitos sonoros da aglutinação — /b/ > /p/ e /a/ > /i/ — decorrem de aspectos fônicos gerais no latim);
- b) sufixos podem desaparecer como morfemas distintos passando a integrar a raiz da palavra. É o caso do sufixo latino *-ulu-*, indicador de grau diminutivo, que perdeu seu caráter sufixal, integrou-se à raiz das palavras, transformando, desse modo, uma palavra originalmente derivada numa palavra simples que veio a substituir a antiga palavra primitiva. Temos, hoje, por exemplo, em português, entre outras, a palavra *artelho*, que não vem do latim *artus*, mas do diminutivo *articulus*;



### 3. CARACTERÍSTICAS DA MUDANÇA

Dissemos anteriormente que a realidade empírica central da lingüística histórica é o fato de que as línguas mudam com o passar do tempo. Vamos agora discutir algumas características dessa mudança, esclarecendo certos conceitos que são hoje mais ou menos consensuais entre os lingüistas e que, muitas vezes, colidem com tradicionais julgamentos do chamado senso comum, isto é, com as representações que se tem da realidade lingüística em contextos não-científicos. Ao mesmo tempo, vamos procurar apresentar certos conflitos no interior da lingüística decorrentes de diferentes formas teóricas de conceber a realidade da mudança.

#### A mudança é contínua

A primeira característica é que a mudança se dá em todas as línguas. É próprio de todas elas — como, aliás, de qualquer outra realidade humana e até mesmo da natureza em geral, como nos mostram geólogos e biólogos — passar por transformações no correr do tempo, mutabilidade que se dá de forma contínua, ininterrupta.

Assim, cada estado de língua, definível no presente ou em qualquer ponto do passado, é sempre resultado de um longo e contínuo processo histórico, do mesmo modo que, em cada momento do tempo, as mudanças estão ocorrendo, ainda que imperceptíveis aos falantes. Dessa maneira, se o português do século XIII era diferente do português de hoje, o português do futuro será diferente do de hoje: entre eles há um ininterrupto processo de mudança.

É óbvio que, se uma língua deixar de ser falada, ela não conhecerá mais, por isso mesmo, mudanças. O desaparecimento de uma língua é resultado do desaparecimento da própria sociedade que a fala, ou porque integralmente aniquilada, como no caso de muitas sociedades indígenas no Brasil desde 1500; ou porque progressiva e completamente assimilada por outra, como no caso da assimilação da sociedade etrusca pela romana no século III a.C.

Nesses casos, o desaparecimento total da língua interrompe o fluxo histórico. Diferente é, porém, a situação de línguas como o latim. Nenhuma sociedade fala hoje o latim propriamente dito. Contudo, de certa maneira, ele continua sendo falado, embora de forma bastante alterada, pelas sociedades que falam as chamadas línguas românicas como o português, o espanhol, o francês, o italiano, o romeno, o sardo, o catalão. Nesse caso, embora se possa dizer que o latim está há muito extinto, o fluxo histórico nunca se interrompeu: houve um longo, complexo e, principalmente, ininterrupto processo histórico de transformações do latim que resultou nas diferentes línguas românicas.



Da mesma forma, o latim era um estágio de uma história ininterrupta que recua às remotas e perdidas origens pré-históricas dos povos indo-europeus. O que era nesse longínquo ponto do tempo apenas um conjunto de variedades dialetais é hoje um emaranhado universo de línguas raramente compreensíveis entre si, resultado de milênios e milênios de ininterruptas mudanças e de contínua diferenciação.

## A mudança é lenta e gradual

O que deve ficar claro, nessa altura, é que se, de um lado, a mudança lingüística é contínua como estamos discutindo, ela é, por outro lado, lenta e gradual, isto é, a mudança nunca se dá abruptamente, do dia para a noite. Ao mesmo tempo, a mudança de uma língua para outra, ou de um estágio de língua para outro, nunca ocorre de forma global e integral: as mudanças vão ocorrendo gradativamente, isto é, vão atingindo partes da língua e não seu conjunto; e mais: a gradualidade do processo histórico se evidencia ainda pelo fato de que a substituição de uma forma *x* por outra (*y*) passa sempre por fases intermediárias. Há o momento (quase sempre longo) em que *x* e *y* coexistem como variantes; depois há o momento (também normalmente longo) da luta entre *x* e *y* seguida do desaparecimento de *x* e da implementação hegemônica de *y*.

Daí se dizer, em lingüística histórica, que a mudança não é discreta, ou seja, *x* não é trocado diretamente e de imediato por *y*; ao contrário, há sempre, no processo histórico, períodos de coexistência e concorrência das formas em variação até a vitória de uma sobre a outra.

Por isso, nunca é possível dizer que num determinado momento o latim, por exemplo, deixou rapidamente de ser falado e foi integralmente substituído pelo português: as mudanças foram lenta, gradual e continuamente ocorrendo e resultaram, ao cabo de vários séculos, numa forma de falar que, identificada com o Estado que se formou no ocidente da Península Ibérica, terminou por receber o nome de português.

Ou, dito de outra maneira e usando as palavras de Câmara Jr.,

“é inconcebível, por exemplo, que de súbito, no território lusitânico da Península Ibérica, uma forma latina como *lupum* pudesse ter passado imediatamente para *lobo*, sem a longa cadeia evolutiva que na realidade se verificou” (1972a, pp. 35-36).

Um possível exemplo de longa cadeia evolutiva é dado pela história da palavra *medicina* do latim clássico que resultou na palavra *mezinha* (“remédio”) do português moderno (cf. José Leite de Vasconcelos, *apud* Guérios 1937, p. 138):

latim clássico *medīcīna* > latim corrente *\*medicina* > port. pré-histórico *\*medezina* > *\*meezina* > port. proto-histórico *meezīa* > port. arcaico *meezinha* > port. moderno *mezinha*<sup>1</sup>.

Estão aí representados vários dos processos gerais de alterações fonético-fonológicas da longa história latim > português:

<sup>1</sup> O asterisco (\*) precedendo a palavra, em lingüística histórica, indica que se trata de uma forma hipotética, obtida por reconstrução, e não de uma forma atestada em documento.



- a) *ɪ* (i breve) passa a /e/;
- b) /i/ (i longo) permaneceu como vogal alta;
- c) /d/ intervocálico, como outras consoantes sonoras no mesmo contexto, desapareceu;
- d) /k/ (grafado *c*) intervocálico seguido de /i/ tornou-se consoante fricativa e se sonorizou, confluindo para /z/;
- e) /n/ intervocálico nasaliza a vogal anterior e desaparece;
- f) no contexto /i/ forte + vogal, desenvolve-se a consoante nasal palatal /ɲ/ (grafada *nh*);
- g) duas vogais idênticas, justapostas pela queda de consoante intervocálica, passam por crase. Costuma-se justificar a lentidão e a gradualidade da mudança lingüística com fundamento na necessidade dos falantes de terem a intercomunicação permanentemente garantida. Nessa linha de raciocínio, mudanças abruptas e repentinas são impossíveis, pois, se ocorressem, destruiriam as próprias bases da interação socioverbal.

Não há, nesse sentido, na história das línguas, momentos de transformações radicais, num ponto bem localizado do tempo, de uma estrutura lingüística. O que há é um processo contínuo e ininterrupto, mas lento e gradual, de mudança.

O que pode haver são períodos em que as mudanças parecem se intensificar. Exemplo disso são as muitas mudanças por que passou o inglês durante o século e meio posterior à conquista da Inglaterra pelos normandos em 1066, época em que a língua da administração e da classe dominante foi o francês. Mesmo aí, porém, o processo de mudanças, embora relativamente mais rápido, foi apenas gradual (atingiu partes

da língua) e suficientemente lento, a ponto de nunca inviabilizar a interação socioverbal.

### A periodização da história das línguas

Apesar disso, costuma-se dividir a história das línguas em períodos. Fala-se, por exemplo, nas gramáticas históricas do português, em período arcaico e período moderno. Estudiosos dividem a história do inglês em três grandes períodos: o do inglês antigo, o do inglês médio e o do inglês moderno.

Deve-se ter claro que estas divisões são, por tudo o que expusemos acima, cortes arbitrários. Do mesmo modo que nunca há um momento definido em que uma língua (metaforicamente chamada de mãe) deixa de ser falada e é substituída por outra (metaforicamente chamada de filha), também não há possibilidade de se dizer que o português arcaico é substituído globalmente pelo português moderno num determinado ponto do tempo.

Novamente, o que há é um longo e ininterrupto processo em que aquele conjunto de variedades que é culturalmente identificado como português vai passando por contínuas mudanças, de tal modo que, comparando-se os registros do português do século XIII com aqueles do português do século XVII, por exemplo, notam-se diferenças que justificam, para efeitos de análise, uma divisão da história em períodos.

Nessa divisão, costuma-se utilizar os séculos ou os grandes períodos históricos como referência. Fala-se no português do século XIII, do século XVII, do século XX; fala-se também no português medieval e no português moderno; e assim por diante.



Qualquer que seja o critério de divisão, é importante dizer que periodizar a história das línguas é apenas uma atividade auxiliar da análise: ela permite que se localizem os fatos sob estudo numa dimensão temporal, o que facilita não só a recuperação da idade dos acontecimentos e suas relações com a conjuntura maior (social, histórica e cultural) em que se deram, mas principalmente a fundamentação do trabalho comparativo, base dos estudos de lingüística histórica.

### A mudança é (relativamente) regular

Outro aspecto que caracteriza a mudança lingüística é a sua regularidade. Isso quer dizer que, dadas as mesmas condições (isto é, no mesmo contexto lingüístico, no mesmo período de tempo e na mesma língua ou variedade de uma língua), um elemento — quando em processo de mudança — é, progressiva e normalmente, alcançado em todas as suas ocorrências.

Em outras palavras, observa-se que as mudanças lingüísticas não são fortuitas, nem se dão a esmo, sem rumo. Desencadeada a mudança, há regularidade e generalidade no processo, atingindo de forma bastante sistemática o mesmo elemento, dadas as mesmas condições, em todas as suas ocorrências.

Assim, por exemplo, os encontros consonantais /kl/ e /pl-/ do latim se transmudaram regularmente, quando no início de palavra, na consoante /ʎ-/ em espanhol (grafada *ll*) e na consoante /ʃ-/ em português (grafada *ch*), como se pode observar pela seguinte listagem de correspondências:

latim	espanhol	português
<i>clamare</i>	<i>llamar</i>	<i>chamar</i>
<i>clave</i>	<i>llave</i>	<i>chave</i>
<i>plenu</i>	<i>lleno</i>	<i>cheio</i>
<i>plicare</i>	<i>llegar</i>	<i>chegar</i>

A regularidade observada na mudança lingüística nos permite estabelecer correspondências sistemáticas entre duas ou mais línguas ou entre dois ou mais estágios da mesma língua, tornando assim possível a reconstrução da história.

Foram justamente essas correspondências sistemáticas que forneceram a base inicial para a constituição da reflexão histórica em lingüística. Foi a partir da percepção da sistematicidade de correspondências entre línguas diferentes que se chegou, no início do século XIX, ao chamado método comparativo (cf. Capítulo 4), com o qual foi possível revelar cientificamente o efetivo parentesco entre línguas, reuni-las em grupos (metaforicamente chamados de famílias) e reconstruir aspectos de seus estágios anteriores comuns.

Foi nesse mesmo processo — à medida que também se percebeu ser a sistematicidade dessas correspondências resultado de sucessivas mudanças no eixo do tempo — que se constituíram os estudos propriamente históricos (cf. Capítulo 5 para detalhes).

Deve ficar claro, neste ponto, que, embora a regularidade seja uma característica da mudança lingüística, ela nunca deve ser entendida como absoluta.

### Leis fonéticas e analogia

No final do século XIX, os lingüistas conhecidos como neogramáticos (cf. Capítulo 5) formularam uma



teoria, na qual se assumiu que as mudanças fonéticas tinham um caráter de absoluta regularidade e, portanto, deveriam ser entendidas como leis que não admitiam exceções (as chamadas *leis fonéticas*). As aparentes exceções eram atribuídas à intervenção de um processo gramatical denominado *analogia*, pelo qual elementos da língua tenderiam a ser regularizados por força de paradigmas estruturais hegemônicos.

Assim, quando uma mudança sonora — que os neogramáticos assumiam como ocorrendo sempre automaticamente, isto é, levando em conta apenas o contexto fonético — afetasse um elemento qualquer e o resultado fosse a quebra de padrões gramaticais, haveria uma tendência para “retificar” isso por meio da analogia. Estaria ocorrendo, nesse caso, o que os neogramáticos tratavam como uma interferência do plano gramatical sobre o plano fônico, afetando o caráter absoluto da mudança sonora.

A aplicação fortuita da analogia daria a impressão, ao fim do processo, de que a lei fonética não havia se aplicado, quando — na verdade — sua aplicação havia ocorrido, tendo, porém, o resultado sido “retificado” por interferência de paradigmas gramaticais hegemônicos.

Haveria, assim, uma espécie de paradoxo: a mudança fônica, que é regular, pode gerar irregularidades gramaticais; e a analogia, que é irregular (isto é, não se aplica em todos os casos em que poderia), gera regularidade.

Um exemplo comum, nos manuais de inspiração neogramática, dessa interpretação de mudança sonora e analogia é a criação, na história do latim, do genitivo *dei* para o nominativo *deus*.

Havia, num estágio pré-latim, o paradigma \**deiwos* (nominativo singular) — \**deiwī* (genitivo singu-

lar), com uma raiz constante \**deiw-* e os afixos de caso -*os* e -*ī*. Sistemáticas mudanças fonéticas, na passagem para o latim, acabaram produzindo, nesse caso específico, um paradigma irregular *deus/divi*. Assim (cf. Antilla, 1972, p. 94):

- a) o ditongo \**ei* se transmutou na vogal longa fechada \**ē*  
(daí \**deiwos* > \**dēwos*; \**deiwī* > \**dēwī*);
- b) a unidade \**w* diante de \**o* caiu (daí o nominativo \**dēos*);
- c) uma vogal longa, diante de outra vogal, se torna breve (daí \**deos*);
- d) a vogal *o* passa para *u* em sílaba final (daí o nominativo latino *deus*);
- e) a vogal \**ē* passa para *ī* (daí \**dēwī* > *divī*).

Esse paradigma irregular *deus/divi* não sobreviveu como tal no latim, sendo substituído pelos paradigmas regulares *deus/dei* e *divus/divi*.

Na linha de interpretação dos neogramáticos, a não-ocorrência do esperado paradigma *deus/divi* (isto é, a quebra da regularidade das mudanças sonoras) vai ser justificada pela intervenção de processos analógicos: a pressão dos paradigmas hegemônicos (palavras terminadas em -*us* substituem essa terminação do nominativo diretamente por -*i* no genitivo, como *servus/servi*, *hortus/horti*, *taurus/tauri*) “retifica” uma irregularidade gramatical criada pela regularidade das mudanças sonoras.

Logo, porém, ficou claro que um princípio de regularidade absoluta (quebrado apenas por intervenção da analogia) dificilmente permitiria dar conta de forma adequada da história das línguas, que é bem mais complexa do que supunham, de início, os neogramáticos.



Os fatos evidenciaram (principalmente a partir do desenvolvimento dos estudos dialetológicos, como veremos no Capítulo 5) que, embora característica da mudança lingüística, a regularidade é, em geral, relativizada pelo modo não-uniforme como se dá a difusão de uma mudança, tanto no interior da língua (a mudança nunca alcança instantaneamente todas as palavras que contêm o elemento sob mutação), quanto entre os diversos grupos de falantes (a mudança também nunca alcança instantaneamente todo o espaço geográfico e/ou social em que a língua é falada, isto é, todas as variedades).

Atrás dessa não-uniformidade, há múltiplos fatores decorrentes das vicissitudes sociais e históricas das comunidades lingüísticas, tais como: a reação negativa dos falantes à mudança, com a conseqüente estigmatização da forma "nova"; a penetração de diferentes linhas evolutivas; empréstimos lexicais de outras línguas ou variedades; a diferente cronologia de incorporação de palavras à língua; movimentos populacionais com eventual alteração na composição étnica e lingüística dum dada população. São fatores que podem retardar, impedir e até fazer reverter a mudança.

Isso tudo (que envolve a vida e a história dos falantes) — e não apenas pressões analógicas (pressões estruturais) — pode quebrar a regularidade da mudança.

Nessa nova perspectiva, as chamadas "leis fonéticas" tiveram de ser reinterpretadas. Passaram a ser tomadas não como expressão de processos cegos e absolutos, mas apenas como fórmulas que expressam correspondências fônicas entre dois ou mais momentos da história de uma língua e, desse modo, auxilia-

res descritivos interessantes na investigação dos complexos processos históricos.

Assim, por exemplo, estabelecemos — ao comparar dois estágios bastante distintos da história latim > português — uma correspondência entre duas realidades temporais diferentes, dizendo que /kl-/ e /pl-/ do latim passaram a /š-/. Não podemos, contudo, ficar com a falsa impressão de que o processo se resumiu a uma troca direta de um elemento pelo outro: nessa formulação (nessa "lei fonética") estamos fazendo abstração dos estágios intermediários que um lingüista terá de reconstituir. No caso específico de /kl-/ > /š-/, por exemplo, parece ter havido, segundo a interpretação de Guérios (1937, p. 71), pelo menos as fases /kl- > ky- > ktš- > tš- > š-/. Um estudo detalhado desse fenômeno particular pode ser lido em Câmara Jr., 1972a, Cap. XVI.

Por outro lado, não se pode perder de vista que os processos de mudança são extremamente complexos e que, portanto, as regularidades observadas terão sempre um caráter relativo. Assim, o lingüista, normalmente, não pode se ocupar apenas com as regularidades observadas: haverá fatos que — embora aparentemente da mesma natureza — não estarão em conformidade com uma tendência de resto bastante regular. O lingüista necessita, então, pesquisar os múltiplos fatores que interferiram no processo histórico e geraram tais fatos.

Podemos exemplificar isso com o mesmo caso que discutimos anteriormente. Dissemos que /kl-/ e /pl-/ do latim se transmudaram em /š-/ em português. Contudo, o português tem palavras de origem latina como *plaga*, *pleno*, *clave* e *clamar*, bem como *praia*



(do latim *plaga*) e *cravo* (do latim *clavum*), em que não se observa aquela correspondência: ou o encontro se manteve ou foi substituído por /kr-/ ou /pr-/. Uma investigação detalhada vai revelar que o encontro consonantal se manteve inalterado em palavras introduzidas no léxico tardiamente (isto é, em época em que a mudança para /š-/ já estava encerrada) por incorporação direta do latim literário (os chamados *terminos eruditos*); e ocorre como /pr-/ ou /kr-/ em termos provavelmente adotados de variedades dialetais em que a mudança se deu de forma diferente (cf. Câmara Jr., 1972a, p. 240).

Vale a pena aqui reproduzir as palavras de Eugênio Coseriu (1921-2002), linguísta romeno e importante diacronista, a esse respeito:

Por isso, dizer que uma mudança fônica “admite exceções” (...) justifica-se do ponto de vista dos resultados históricos. Só que, como se sabe, em muitos casos se trata de falsas exceções, pois as palavras que não obedecem a esta ou àquela “lei fonética” procedem de palavras nas quais as mudanças correspondentes não ocorriam. Em outros termos, essas “exceções” aparecem como exceções apenas se se pretende considerar a língua como uma única tradição homogênea, mas se tornam formas “regulares” se se leva em consideração que uma língua histórica é resultado de interação entre várias tradições linguísticas (1979, p. 89).

Posto isso, podemos concluir com as palavras de Serafim da Silva Neto (1917-1960), linguísta brasileiro que publicou, na década de 1950, uma alentada história da língua portuguesa. Dizia ele:

Como se vê, a evolução é singularmente complexa. A história de uma língua não é um esquema rigorosamente

preestabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por vários séculos de palpitante vida.

A evolução, repetimos, é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada e entrecruzada — porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento (1979, p. 52).

Estas palavras, resultantes de um extenso trabalho empírico como o de Silva Neto, sintetizam bem a realidade das mudanças linguísticas: elas não estão condicionadas apenas por fatores linguísticos (internos ao sistema da língua), como assumem várias correntes de pensamento em linguística, que preferem reduzir as questões da mudança a um “esquema rigorosamente preestabelecido”, a “um problema algébrico”; elas estão também e principalmente correlacionadas com fatores da história da sociedade que fala a língua, como por exemplo: o intercâmbio entre falantes de variedades diferentes; o prestígio e o poder de certos grupos de falantes; as escolhas sociais preferenciais entre as muitas variedades duma língua; a lealdade a formas tradicionais duma comunidade.

Assim, não é adequado no trato das mudanças das línguas falar em lei em sentido absoluto, porque a história das línguas não está submetida apenas a princípios gerais, constantes e necessários, mas — sendo produto da atividade humana — está antes submetida às contingências e vicissitudes da própria vida concreta dos falantes, da história peculiar de cada grupo e de cada sociedade humana.



## 5. HISTÓRIA DA NOSSA DISCIPLINA

O leitor deve ter observado que, em vários momentos do livro, fizemos uma abordagem histórica das questões discutidas. Entendemos que introduzir-se numa disciplina científica por meio da compreensão de suas práticas, conceitos e temas, na perspectiva da sua construção histórica, facilita uma percepção mais totalizante da disciplina. Essa forma de perceber fornece também um chão mais concreto para se desenvolver com maior rapidez uma familiaridade e um envolvimento com o fazer científico.

Neste capítulo, vamos delinear, com traços bem gerais, a história da nossa disciplina, recuperando seus momentos, autores e obras mais importantes. O objetivo é dar ao leitor um panorama amplo das trilhas percorridas pela lingüística histórica. Pretendemos, desse modo, auxiliá-lo a se situar no tempo e no interior dessa disciplina.

Fazemos evidentes simplificações, considerando que este não é um livro de história da lingüística. Muitos aspectos apresentados aqui se complementam com discussões em outros capítulos. Por outro lado, um tratamento mais detalhado de cada momento dessa história poderá ser encontrado nos muitos livros

que tratam da história da lingüística, dentre os quais podemos citar o de Mattoso Câmara Jr., o de Mounin e o de Robins.

Realizamos também cortes e agrupamentos nessa crônica histórica que são, em princípio, arbitrários. Muitos coincidem com o que fazem tradicionalmente os historiadores da lingüística; outros correm por nossa conta. De todo modo, estamos conscientes de que toda crônica do passado não é um mero relato do que realmente aconteceu, mas inclui sempre uma interpretação dos acontecimentos mediada pelos nossos pontos de vista.

### Os grandes períodos da lingüística histórica

Costuma-se dizer que a lingüística histórica — compreendida como a reflexão sobre as mudanças das línguas no eixo do tempo, sistematicamente realizada dentro dos pressupostos da prática científica moderna (em especial, a fundamentação empírica e a construção de modelos teóricos) — nasceu aproximadamente há 200 anos, nos fins do século XVIII.

Esses dois séculos podem ser vistos como divididos em dois grandes períodos: o primeiro — que vai de 1786 até a publicação do manifesto dos neogramáticos em 1878 — é o período da formação e consolidação do método comparativo. O segundo — que vai de 1878 até os dias de hoje — é o período de contínua tensão entre duas grandes linhas interpretativas: uma mais imanentista, que — continuadora, de certa forma, do pensamento neogramático e caudatária do estruturalismo e, depois, do gerativismo — vê a mu-



dança como um fato primordialmente interno, isto é, como um acontecimento que se dá no interior da língua e condicionado por fatores da própria língua. A outra, mais integrativa, que — enraizada nos primeiros críticos dos neogramáticos e fundada nos estudos de dialetologia e, depois, de sociolingüística — entende que a mudança deve ser vista como articulada com o contexto social em que se inserem os falantes, isto é, como um evento condicionado por uma conjunção de fatores internos (estruturais) e externos (sociais).

É claro que não se trata de posições polares: há, nesse complexo jogo teórico, muitas nuances e várias interpenetrações. Contudo, esse corte — baseado em grandes eixos de semelhanças e diferenças entre diversas concepções — ajuda a compreender os caminhos da lingüística histórica durante o século passado e na contemporaneidade.

### Um comentário prévio

Como dissemos antes, costuma-se localizar o nascimento da lingüística histórica nos fins do século XVIII. Tem-se aí a marca cronológica do início duma reflexão sistemática sobre as mudanças das línguas feita já sob os parâmetros da ciência moderna.

Neste ponto, é importante dizer que a lingüística como ciência não nasceu evidentemente do nada. Precedem as formulações modernas sobre a linguagem os milênios em que as pessoas, em diferentes sociedades, pensaram a questão da linguagem. Qualquer livro de história da lingüística pode ilustrar esse longo e intricado caminho que passa pelos estudos

lingüísticos dos sábios hindus já no século IV a.C.; pelas discussões filosóficas dos gregos; pelos cuidados filológicos dos alexandrinos e pelas suas primeiras gramáticas da língua grega; pelas gramáticas latinas; pelos filósofos modistas da Idade Média; pela filologia árabe; pelas especulações renascentistas sobre a língua-mãe de todas as línguas; pela gramática lógica de Port-Royal, no século XVII.

Quanto à reflexão histórica propriamente dita, isto é, a percepção de que as línguas mudam no eixo do tempo, pode-se dizer que ela encontra, de certa forma, suas raízes nas preocupações filológicas das várias sociedades humanas.

Entende-se por *filologia* aqui o estudo de textos antigos com o objetivo de estabelecer e fixar sua forma original. As sociedades humanas que tiveram escrita e puderam assim preservar textos literários e religiosos — assumidos, a cada geração, como preciosos monumentos culturais — desenvolveram também estudos filológicos. São exemplos disso os trabalhos dos sábios hindus que, desde pelo menos o século IV a.C., procuravam fixar seus textos religiosos; os estudos que os alexandrinos, por volta do século II a.C., fizeram dos textos dos poetas gregos antigos; o esforço dos comentadores árabes, na Idade Média, para fixar o texto do Corão.

Se não há um vínculo direto e linear entre esses estudos e a lingüística histórica que nasce nos fins do século XVIII, há, certamente, um longo processo, entre todas essas investigações, de construção (uma espécie de forja) de uma forma específica de refletir sobre as línguas na dimensão de sua variabilidade no tempo.



Por outro lado, os procedimentos de crítica textual desenvolvidos e refinados pela filologia são indispensáveis ao estudioso de lingüística histórica, na medida em que sua fonte principal de dados são os textos antigos (ver, para uma introdução a esse tema, Cambraia 2005).

## Os primeiros momentos

Em fins do século XVIII, intelectuais europeus iniciaram, em meio a uma conjuntura de crescente interesse pelas civilizações antigas, o estudo do sânscrito, língua clássica dos hindus (Índia).

Toma-se como primeira data referencial deste período o ano de 1786, em que William Jones (1746-1794) — cidadão inglês que, dentro da administração colonial britânica da Índia, exercia a função de juiz em Calcutá — apresentou uma comunicação à Sociedade Asiática de Bengala, destacando as inúmeras semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. São dele as seguintes palavras a esse respeito:

A língua sânscrita [...] tem com ambas a língua grega e latina um tão estreito parentesco, tanto pelas raízes verbais como pelas formas gramaticais, que tal afinidade não poderia atribuir-se ao acaso. Nenhum filólogo poderá, após ter examinado estes três idiomas, eximir-se a reconhecer serem derivados de uma qualquer fonte comum, que possivelmente já não existe. E há uma razão do mesmo gênero, se bem que menos evidente, para supor que o celta e o gótico [...] tiveram a mesma origem que o sânscrito; e o persa antigo poderia juntar-se a esta família [...] (transcrito de Mounié, s.d., p. 161).

Escreveram-se, na seqüência, várias gramáticas e um dicionário do sânscrito. Ao mesmo tempo, fun-

dou-se em Paris, em 1795, a Escola de Estudos Orientais, que se tornou um importante centro de investigação e onde estudaram os intelectuais alemães — Friedrich Schlegel (1772-1829) e, em particular, Franz Bopp (1791-1867) — que desenvolveriam, em seguida, a chamada gramática comparativa.

## A criação do método comparativo

F. Schlegel publicou, em 1808, seu texto *Über die Sprache und die Weisheit der Inder* [Sobre a língua e a sabedoria dos hindus], que é considerado o ponto de partida dos estudos comparativistas na Alemanha. Nele, o autor, entre outras coisas, reforçou a tese de W. Jones sobre o parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, parentesco este que se evidenciava não só na semelhança entre raízes lexicais, mas principalmente nas semelhanças entre as estruturas gramaticais. Tais semelhanças não poderiam ser obra do acaso ou apenas resultantes de influências mútuas e, sim, consequência de uma mesma origem: era preciso comparar as línguas, estabelecer seu parentesco e sua ascendência comum.

Foi Bopp quem levou esse programa às últimas conseqüências e publicou, em 1816, seu livro *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache* [Sobre o sistema de conjugação da língua sânscrita em comparação com o da língua grega, latina, persa e germânica], no qual ele demonstrou, pela comparação detalhada da morfologia verbal de cada uma dessas línguas, as correspondências siste-



A partir dos estudos de Grimm, ficou claro que a sistematicidade das correspondências entre as línguas tinha a ver com o fluxo histórico e, mais especificamente, com a regularidade dos processos de mudança lingüística.

### O caso Rask

Embora se tome a obra de Bopp e a data de 1816 como o ponto de referência inicial dos estudos comparativos sistemáticos, é preciso destacar que o linguísta dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832), paralelamente a Bopp e independentemente dele, desenvolveu também trabalhos comparativos importantes, envolvendo as línguas nórdicas, as demais línguas germânicas, o grego, o latim, o lituano, o eslavo e o armênio. Essa obra, encerrada em 1814, só foi publicada em 1818, dois anos depois do primeiro livro de Bopp.

Acredita-se que, em razão desse atraso e também pelo fato de ser um texto escrito em dinamarquês (língua pouco familiar nos meios científicos), o trabalho, embora metodologicamente exemplar, acabou tendo pouca repercussão na época.

### A criação e o papel da filologia românica

Nas décadas seguintes a esse trabalho pioneiro de Bopp, Rask e Grimm, ampliou-se a pesquisa comparativa, criando-se áreas especializadas com o estudo específico de cada subfamília das línguas indoeuropeias. Nessa linha, destaca-se principalmente o desenvolvimento da chamada filologia (ou lingüísti-

ca) românica, nome que se deu ao estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim.

Toma-se o linguísta alemão Friedrich Diez (1794-1876) como o iniciador desse ramo de investigações. Ele publicou, entre 1836 e 1844, uma gramática histórico-comparativa das línguas românicas e, em 1854, um dicionário etimológico dessas línguas.

A filologia românica teve um papel fundamental no desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos. Enquanto em outras subfamílias só se alcançaram os estágios mais antigos por reconstrução hipotética em razão da inexistência de registros escritos, na subfamília românica a documentação em latim é extensa, o que permitiu um importante refinamento metodológico dos estudos históricos: com uma situação em que as formas ascendentes são atestadas, foi possível reforçar a confiabilidade nos procedimentos do método nos casos em que isso não ocorria.

### A obra de Schleicher

Na metade do século XIX, os estudos histórico-comparativos conheceram, na obra do linguísta August Schleicher (1821-1868), uma orientação fortemente naturalista. Botânico de formação e influenciado pela teoria evolucionista de Darwin, Schleicher formulou uma concepção que tomava a língua como um organismo vivo, com existência própria fora de seus "órgãos", sendo sua história vista como uma "história natural", isto é, como um fluxo que se realiza por força de princípios invariáveis e idênticos às leis da natureza.



Schleicher, além de propor uma tipologia das línguas (ainda muito citada em manuais menores de lingüística e à qual voltaremos adiante) e uma classificação genealógica das línguas indo-europeias, desenvolveu uma tentativa de reconstrução — a partir das características comuns das línguas indo-europeias e de suas correspondências sistêmicas — do que ele chamou, no seu *Compendium der Vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* [Compendio de gramática comparada das línguas indo-europeias, de 1861-1862], de *Ursprache* ("língua remota"), isto é, o estágio remoto (hoje em geral denominado de proto-indo-europeu), donde se originaram as línguas que constituem essa família. Nesse sentido, a obra de Schleicher representa uma síntese do saber acumulado nessa área até seu tempo e um ponto de referência para os estudos posteriores.

Em sua classificação genealógica — conhecida pelo termo alemão *Stammtheorie* ("teoria da árvore genealógica") — Schleicher, utilizando o sistema de representação comum em estudos de evolução biológica, faz uma divisão das línguas indo-europeias em ramos cada vez menores, até chegar a uma única língua. Esse sistema, embora frequentemente reproduzido sem maiores comentários em manuais menores de lingüística, deve ser visto em sua devida proporção, isto é, como um esquema tentativo de representar o desenvolvimento das línguas indo-europeias.

Ele não toma em conta a variação dialetal, presente em todos os estágios da história das línguas e fundamental para a dinâmica histórica, nem as influências entre as diferentes línguas da família. A própria ramificação não está fundada em critérios sistemáticos.

Dentre os outros trabalhos de Schleicher, destaca-se seu estudo do lituano (*Handbuch der litauischen Sprache* — Compendio da língua lituana), publicado em 1856-1857 e cujo mérito maior é ter sido o primeiro estudo de uma língua indo-europeia feito diretamente a partir da fala e não de textos, o que representou um passo metodológico importante nos estudos lingüísticos. Para realizar isso, Schleicher morou durante um tempo entre os camponeses da Lituânia.

### Os neogramáticos: um divisor de águas

A última metade do século XIX ficou caracterizada como a época dos neogramáticos, uma nova geração de lingüistas relacionados com a Universidade de Leipzig (Alemanha) que, questionando certos pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa, estabeleceu uma orientação metodológica diferente e um conjunto de postulados teóricos para a interpretação da mudança lingüística.

Foi, de certa forma, um divisor de águas na lingüística histórica: de um lado, pela crítica aos antecessores, da qual resultou um maior rigor em certos procedimentos metodológicos; de outro, pela direção que acabou imprimindo à lingüística histórica a partir daí, a qual ou segue, nos fundamentos, a trilha dos neogramáticos, ou polemiza com ela. Entendemos,

Esses lingüistas de Leipzig foram chamados, num primeiro momento e com um certo tom depreciativo, de *Junggrammatiker*, isto é, "jovens gramáticos". Na designação do movimento, paralela, porém, o termo "neogramáticos", muito embora seja uma tradução equivocada.



como dissemos antes, que está nessa dinâmica o perfil característico da lingüística histórica do século XX.

Embora os princípios do movimento neogramático tenham sido elaborados no correr da década de 1870, costuma-se assumir o ano de 1878 como sua data inicial. Foi nesse ano que se publicou o primeiro número da revista *Morphologischen Untersuchungen* [Investigações morfológicas], fundada por Hermann Osthoff (1847-1909) e Karl Brugmann (1849-1919), cujo prefácio, assinado pelos dois autores, é tido como o manifesto neogramático.

Nele, Osthoff e Brugmann criticam a concepção naturalista da língua, que a via como possuindo uma existência independente. Para eles, a língua tinha de ser vista ligada ao indivíduo falante ("As línguas foram, de fato, investigadas muito avidamente [pela velha lingüística indo-européia], mas o homem que fala foi muito pouco investigado" — p. 198).

Com isso, introduzia-se uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança (a língua existe no indivíduo e as mudanças se originam nele) que até hoje é bastante forte em muitos estudos históricos, quando não no próprio senso comum.

Assumindo ser a ação de fatores psicológicos determinante da mudança sonora, das inovações e das formações analógicas, os dois autores defendiam claramente a necessidade de a lingüística histórica manter relações estreitas com a psicologia (p. 199).

Por outro lado, Osthoff e Brugmann diziam que o objetivo principal do pesquisador não era chegar à língua original indo-européia, que é uma criação hipotética, mas, estudando as línguas vivas atuais, apre-

ender a natureza da mudança. São suas as seguintes asserções (tradução nossa):

A lingüística anterior, como ninguém pode negar, aproximava-se de seu objeto de investigação, as línguas indo-européias, sem ter previamente construído uma idéia clara de como a linguagem humana realmente vive e se desenvolve, que fatores são ativos na fala e como esses fatores operando em conjunto causam a progressão e a mudança da substância da fala (p. 198).

Interessava-lhes, portanto, investigar os mecanismos da mudança (desvendar os princípios gerais do movimento histórico das línguas) e não apenas reconstruir estágios remotos das línguas. Nesse sentido, temos aqui uma perspectiva diferente para os estudos históricos: trata-se antes de criar uma teoria da mudança do que apenas arrolar correspondências sistemáticas entre línguas e, a partir delas, reconstruir o passado.

Os dois autores condenavam ainda os antecessores que, embora operando sob o pressuposto da regularidade da mudança, costumavam, diante de irregularidades (isto é, diante de situações em que as mudanças não ocorriam conforme o esperado), facilmente interpretá-las como resultado de exceções fortuitas e casuais.

Segundo Osthoff e Brugmann, admitir tais interpretações significaria, no fundo, aceitar que as línguas não seriam suscetíveis de estudo científico. Eles reiteraram, então, o princípio — já defendido por alguns estudiosos dessa década de 1870, em especial August Leskien (1840-1916) — de que as mudanças sonoras se davam num processo de regularidade absoluta, isto é, as mudanças afetavam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, não admitindo exceções.



Em havendo exceções, de duas uma: ou o princípio regular efetivo ainda era desconhecido (vale dizer: princípio existe, o que falta é encontrá-lo), ou a regularidade da mudança havia sido afetada pelo processo da analogia.

### As leis de Verner e Grimm

O que lhes inspirava a primeira alternativa era, principalmente, o trabalho do lingüista dinamarquês Karl Verner (1846-1896) que, estudando a mutação das consoantes no ramo germânico das línguas indoeuropeias, demonstrou que as exceções da chamada lei de Grimm, que haviam incomodado os germanistas por cinquenta anos, eram apenas aparentes.

Grimm havia mostrado, em 1822, que as consoantes do indo-europeu original /p/, /t/, /k/ haviam mudado, no ramo germânico dessa família, para /f/, /θ/, /h/ respectivamente. Observava-se, porém, a existência de várias exceções, para as quais não havia um tratamento uniforme.

Verner, em um artigo de 1875, mostrou que o enunciado de Grimm era válido somente quando essas consoantes não ocorriam depois de sílabas fracas, no primitivo indo-europeu. Nesse caso, /p/, /t/, /k/ haviam mudado para /h/, /θ/, /g/ respectivamente.

Desse modo, Verner mostrava que as mudanças não haviam afetado uniformemente aquelas três unidades tonais em si (como estava na formulação de Grimm); na verdade, elas haviam passado por processos diferentes de mudança (mas ainda regulares) conforme sua ocorrência num ou noutro tipo de contexto lingüístico.

Com essa formulação — que ficou conhecida como a lei de Verner e que introduzia o ambiente lingüístico das unidades como condicionante de suas diferentes mudanças (no caso específico, a ocorrência do som depois de sílaba fraca ou não) —, aparentes exceções da lei de Grimm receberam um tratamento regular, o que reforçou a confiança dos lingüistas no princípio da regularidade da mudança e inspirou a hipótese teórica básica dos neogramáticos de que a regularidade da mudança sonora era absoluta. Passou-se a aceitar que mudança sonora estava subordinada a leis que não admitiam exceções, isto é, aplicavam-se a todos os casos submetidos às mesmas condições. Trata-se das famosas *leis fonéticas* (cf. discussão no Capítulo 3).

Esse postulado deu um novo rigor metodológico aos estudos históricos. Sob o princípio da regularidade absoluta das leis fonéticas, ficaram excluídas da ciência lingüística interpretações casuais, fortuitas, para as irregularidades: os lingüistas se viram forçados a formular com precisão as tais leis ou, em último caso, a fornecer interpretações satisfatórias para as palavras que não haviam mudado conforme as leis, embora aparentemente preenchessem as condições para tanto.

Para isso, os neogramáticos admitiam, por exemplo, a possibilidade de interferência do chamado princípio da analogia, que era entendido por eles como de natureza gramatical e não fonética.

### A analogia

Mudança por analogia significava, para os neogramáticos, alteração na forma fonética de certos ele-



mentos duma língua por força de seus paradigmas gramaticais regulares. Assim, quando uma mudança sonora afetasse um elemento qualquer e o resultado fosse a quebra de padrões gramaticais, haveria a possibilidade de "retificar" isso por meio da analogia, isto é, mudando a forma resultante de modo a torná-la coincidente com os padrões gramaticais regulares da língua.

Em outras palavras, a mudança por analogia era entendida como uma interferência do plano gramatical no plano fônico, o que afetava, em consequência, o caráter absoluto da mudança sonora e criava irregularidades. Ao regularizar gramaticalmente as formas, a analogia romperia a regularidade da mudança fonética. É por essa razão que os neogramáticos entendiam que as exceções às leis fonéticas eram apenas aparentes.

Um caso célebre, apresentado com muita frequência na bibliografia de lingüística histórica como exemplo da analogia, é o da palavra latina *honor* ("honra"), reproduzido aqui de forma simplificada.

Os estudos comparativistas mostram que o \*s original reconstruído do indo-europeu manteve-se em posição inicial e final de palavras em latim, mas mudou para *r* em posição intervocálica. Assim, duma fase anterior em que só ocorria *s* (*honos* - \**honosis* \**honossem...*), chegou-se a uma fase em que *s* só ocorria no nominativo (em posição final de palavra, portanto) e *r* nas demais formas da declinação (*honos* - *honoris* - *honorem...*).

Diante disso, como dar conta da ocorrência posterior de *honor*? Ou, em outras palavras, como dar conta dessa irregularidade de *honor* em relação aos processos de mudanças sonoras da história do latim?

Os estudiosos, na tradição neogramática, costumam responder a essa questão, dizendo que a forma *honos* resultante de mudança sonora regular e atestada nos escritores mais antigos foi substituída por *honor* por pressão analógica do padrão morfológico das palavras terminadas em *r* como *cultor*, *cultoris*; *amor*, *amoris*; *labor*, *laboris*. Isto é, se a *cultoris* corresponde *cultor*, a *honoris* deve corresponder, por analogia, *honor*. Nas palavras de Saussure (cuja formação lingüística se deu com os neogramáticos em Leipzig):

Vê-se, pois, que, para contrabalançar a ação diversificante da mudança fonética (*honos* : *honorem*), a analogia unificou novamente as formas e restabeleceu a regularidade (*honor* : *honorem*) (1970, p. 188).

### A obra de Paul

O pensamento neogramático teve seu grande manual no livro do lingüista alemão Hermann Paul (1846-1921), *Prinzipien der Sprachgeschichte* [Princípios fundamentais da história da língua], que, publicado em 1880 pela primeira vez, teve sucessivas edições e foi texto de referência para a formação dos diacronistas nas primeiras décadas do século XX.

Paul negava a possibilidade de uma lingüística que não fosse histórica:

Aquilo que se considera como um método não-histórico, e contudo científico, de estudar a língua, não é no fundo mais do que um método histórico incompleto, incompleto em parte por culpa do observador, em parte por culpa do material de estudo (1970, p. 28),



e propunha uma diretriz para os estudos da mudança lingüística que, indo além da mera observação dos fatos, deveriam "expor o mais universalmente possível as condições de vida da língua, traçando assim de uma maneira geral as linhas fundamentais duma teoria da evolução da mesma" (p. 17), cujos resultados deveriam ser aplicáveis a todas as línguas (p. 43).

Para ele, os princípios fundamentais da mudança lingüística deveriam ser buscados nos fatores psicológicos e físicos tomados como determinantes dos objetos culturais como a língua. Assim, a lingüística só precisava de duas ciências, a psicologia e a fisiologia (mais daquela do que desta), para apreender a realidade da mutação histórica das línguas.

Paul entendia que o fundamento da cultura era o elemento psíquico, que a psicologia era a base de todas as ciências culturais (p. 17), e que só havia uma psicologia individual (p. 22). Esse psicologismo e subjetivismo radical sustentavam sua tese de que a fonte de toda a mudança lingüística era o falante individual e de que a propagação da mudança se dava por meio do que Paul chamava de ação recíproca dos indivíduos (p. 41). perspectiva sob a qual se pode dizer que ainda hoje trabalham muitos lingüistas, em particular (mas não exclusivamente) os gerativistas.

Outra tese de Paul também bastante aceita entre esses lingüistas contemporâneos (ver Lightfoot, 1981 e 1991, para uma formulação gerativista desta tese) é a de que a mudança lingüística é originada principalmente no processo de aquisição da língua (pp. 42.70).

Antes de concluir este item, é interessante fazer breve referência a Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936). Seu trabalho

lho é um exemplo da lingüística neogramática e, pela abrangência, teve importância especial para o desenvolvimento dos estudos históricos das línguas românicas.

Publicou, entre 1890 e 1902, uma volumosa: *Grammatik der romanischen Sprachen* [Gramática das línguas românicas] e elaborou um dicionário etimológico que é, ainda hoje, fonte importante da investigação etimológica das línguas românicas.

### Avaliando o movimento neogramático

Numa breve avaliação dos neogramáticos, é preciso dizer que o rigor metodológico que eles introduziram no enfrentamento dos problemas de história das línguas teve particular importância no desenvolvimento de nossa disciplina.

Por outro lado, o conceito de *lei fonética* como princípio absoluto (isto é, princípio que só conhece condicionantes fonéticos e que se aplica sem exceção a todas as palavras que satisfaçam igualmente as condições da mudança) foi relativizado, em decorrência dos estudos empíricos, pelos próprios neogramáticos (como Paul, por exemplo) ou por aqueles que, embora críticos de certos aspectos, aceitaram, no geral, a orientação teórica dos neogramáticos (como Bloomfield, por exemplo).

Sem negar a regularidade da mudança, passou-se a entender a "lei fonética" não como um princípio categórico, mas como uma fórmula de correspondência entre sistemas fonéticos sucessivos duma mesma língua nos diversos períodos de sua existência (cf. discussão desse assunto no Capítulo 3).

Mesmo assim, é importante destacar que a questão das leis fonéticas (mais propriamente, a questão



de como se processa a mudança sonora, isto é, se ela ocorre de modo abrupto, atingindo todas as palavras ao mesmo tempo, ou se de modo lento, atingindo progressivamente as palavras) foi um dos pontos centrais dos debates e polémicas posteriores (cf. Labov, 1981, para uma discussão contemporânea desse tema).

Para Leonard Bloomfield (1887-1949) — lingüista norte-americano dos mais importantes do século XX —, grande parte dessas polémicas se deveu apenas a questões terminológicas (cf. cap. 20 de seu livro *Language*). O termo lei, segundo ele, nunca poderia ser entendido como um enunciado absoluto, já que se estava tratando de fenômenos históricos; e, por outro lado, que a formulação dos neogramáticos, de que tais "leis" não admitiam exceções, era um modo inexato de dizer que fatores não-fonéticos, tais como a frequência ou o significado das palavras, não interferiam na mudança sonora.

O ponto central da questão, segundo Bloomfield, é o escopo das classes de correspondência fonética (isto é, a extensão da regularidade) e a significação dos resíduos (isto é, das irregularidades).

Os neogramáticos introduziram o desafio de que os resíduos deviam receber uma análise completa, não se aceitando que fossem vistos como meros desvios ou ocorrências casuais, fortuitas.

O desafio posto pelos neogramáticos é, em si, uma diretriz fundamental para quem estuda os fenômenos de história das línguas; e, acreditamos, majoritariamente aceito pelos lingüistas diacrônicos. Nesse sentido, a herança dos neogramáticos é fundamental. O questionável não é o desafio, mas as formas de enfrentá-lo (por meio, por exemplo, da interferência da chama-

da analogia): os estudos empíricos têm mostrado que a realidade da história das línguas envolve grande complexidade e que soluções para fenômenos irregulares, por meio de conceitos vagos, como o da analogia, ou de qualquer outro de caráter puramente interno, dificilmente auxiliam a destrinçar tal complexidade.

Assim, a chamada analogia, embora muito clara nos casos exemplares e ainda muito presente nas interpretações dos fatos pelos lingüistas históricos, deve ser vista com bastante reserva. Primeiro, porque faz parte de um arcabouço teórico que não levava em consideração, na compreensão dos fenômenos da história, as relações entre língua e sociedade, relações que os estudos de sociolingüística têm mostrado serem particularmente relevantes para se entender a mudança lingüística.

O imanentismo subjacente ao conceito de analogia, antes de esclarecer qualquer coisa, acaba por obscurecer a compreensão dos fenômenos, na medida em que escapa pela saída simples da existência de um princípio regularizador cuja realidade é extremamente vaga, além de ser de aplicação totalmente assistemática (a analogia não se aplica sempre que há, em tese, condições para tanto) e, portanto, dificilmente tratável por qualquer princípio geral.

Por último, cabe questionar o psicologismo e o subjetivismo que estavam na base da concepção dos neogramáticos. Essa redução da língua à psique individual é, hoje, de difícil sustentação empírica, embora muitos lingüistas ainda operem com ela, conforme discutimos no Capítulo 3.

O mesmo se pode dizer da idéia de que a mudança é originada no processo de aquisição da língua, processo



que envolveria sempre uma espécie de recriação individual da língua e, por isso, condicionante da mudança.

O primeiro problema desse tipo de interpretação é dessocializar a criança, isto é, isolá-la, ignorando o contexto de suas experiências interacionais, que são básicas no processo de aquisição da linguagem. Além disso, há um pressuposto de sucessão discreta de gerações (uma geração homogeneamente substituído a outra), o que não tem, como mostram os estudos sociolinguísticos, qualquer fundamento empírico (cf. Labov, 1982, pp. 46ss.).

### As críticas aos neogramáticos

Pode-se dizer que desde o início as formulações dos neogramáticos provocaram a crítica de vários lingüistas. O centro das polêmicas foi o conceito de lei fonética, compreendida como um princípio imanente de aplicação cega e sem exceções.

Sem negar, em princípio, a existência de regularidade na mudança, os lingüistas que se opunham aos neogramáticos não aceitavam o caráter categórico das leis fonéticas, isto é, não aceitavam que as mudanças se espalhassem por toda a comunidade e por todos os itens lexicais de modo totalmente uniforme.

Com base em estudos empíricos (principalmente dialetológicos), mostraram esses lingüistas que uma unidade sonora pode mudar de maneira diferente uma palavra para outra, o que significa que a expansão das mudanças é lenta, progressiva e diferenciada tanto no espaço geográfico, quanto no interior do vocabulário, sendo isso decorrência do fato de as

condições de uso em que cada palavra se encontra não serem idênticas.

Adotar essa concepção não significa defender o caráter casual, fortuito, da mudança; significa, isto sim, mostrar que a realidade da mudança é mais complexa do que sugeria a formulação dos neogramáticos. Mais complexa, porque tem a ver com o contexto concreto em que a língua é falada, contexto este que de forma alguma é uniforme e homogêneo.

### A obra de Schuchardt

Embora sejam vários os lingüistas que participaram dessa crítica aos neogramáticos, foi o austríaco Hugo Schuchardt (1842-1927) certamente o mais importante. Embora tivesse uma concepção subjetivista da língua (é ainda o falante individual que lhe serve de ponto de referência), esse lingüista, ao se opor ao conceito de lei fonética, chamou a atenção para a imensa gama de variedades de fala existente numa comunidade qualquer, variedades essas condicionadas por fatores como o sexo, a idade, o nível de escolaridade do falante.

Mais do que isso, ele mostrou como essas variedades se influenciam mutuamente, como as línguas em contacto — quer pela proximidade geográfica, quer em decorrência de invasões, conquistas e intercruzamentos étnicos e culturais — também se influenciam mutuamente.

Foi considerando esse quadro heterogêneo que Schuchardt buscou compreender o processo de mudança lingüística. Assim, ao mesmo tempo em que relativizava a concepção dos neogramáticos, ele abria



uma trilha fundamental para os estudos posteriores de lingüística histórica, uma trilha que — questionando permanentemente um tratamento apenas ou primordialmente imanentista dos fenômenos da mudança (tratamento que, no fundo, pressupõe uma língua sem falantes) — vai introduzindo, no correr do século XX, um tratamento em que o contexto social e cultural da língua (uma língua que tem, portanto, falantes) é condicionante básico da variação e, dentro dela, da mudança. É a trilha da dialetologia e, mais recentemente, da sociolingüística.

Schuchardt foi também dos primeiros estudiosos a dar atenção sistemática aos *pidgins* e crioulos, línguas emergentes em situação de contacto e de cujo estudo se podem tirar inúmeras contribuições para a compreensão dos fenômenos lingüísticos em geral (sobre *pidgins* e crioulos, cf. Tarallo & Alkmin, 1987).

### **Meillet: finalmente uma concepção sociológica do falante e da língua**

Dissemos antes que Schuchardt, embora introduzindo nos estudos da mudança a perspectiva da heterogeneidade real da língua, tinha ainda como ponto de referência um falante individual (tinha, portanto, uma concepção subjetivista da língua, em que o indivíduo precede o todo). Foi com o lingüista francês Antoine Meillet (1866-1936), nos primeiros anos do século XX, que uma concepção mais sociológica do falante e da língua encontrou uma formulação mais consistente e sólida.

Embora Saussure (professor de Meillet, em Paris) considerasse, em tese, a língua como uma instituição social (estudando-a, porém, como um sistema

autônomo), foi Meillet quem, de fato, elaborou uma perspectiva em que as condições sociais passaram a ser vistas como tendo uma influência decisiva sobre a língua e, conseqüentemente, sobre a mudança.

Meillet concebia a língua como um fato social; localizava a lingüística entre as ciências sociais (1926, pp. 16.18); dizia mesmo que a lingüística é parte da antropologia num sentido amplo (1951, p. 89); defendia uma linha de estudo que buscasse reconhecer as relações entre a mudança lingüística e os outros fatos sociais (1926, p. 18).

Em Meillet, a língua não é mais concebida como um organismo vivo e autônomo (como em Schleicher), nem como uma realidade eminentemente psíquico-subjetivista (concepção forte entre os neogramáticos e profundamente arraigada no pensamento lingüístico posterior); nem como um sistema autônomo de relações puras (como em Saussure); mas como um fato social: "Tout fait de langue manifeste un fait de civilisation" ("Todo fato de língua manifesta um fato de civilização") (1951, p. 168).

Essa perspectiva mais sociológica se encontrava também no lingüista norte-americano William Whitney (1827-1894) e no lingüista francês Michel Bréal (1832-1915), mas foi com Meillet, no contexto da consolidação da sociologia como ciência nos fins do século XIX e sob influência de Émile Durkheim (1858-1917) — destacado sociólogo francês —, que essa perspectiva obteve uma formulação não só mais precisa, como também mais consistente aplicada ao estudo empírico.

Para ele, a condição principal da mudança lingüística é a realidade descontínua (isto é, heterogênea) das